

**ATA DA 47ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Ata da 47ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 12 de junho de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto da 3ª Vara Cível de Ceilândia Doutor Ricardo Faustini Baglioli, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinicius Espírito Santo de Almeida, a Senhora Assessora do MPDFT Doutora Gabriela Badaró, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, e o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas. Compareceram, ainda, a convite do Comitê, a Senhora Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência Doutora Danielle Mayrink Sampaio Silva Moura, o Senhor Analista Judiciário do Gabinete da Primeira Vice-Presidência Guilherme Veloso Neves Oliveira e o Senhor Secretário de Infraestrutura de Tecnologia da Informação Fernando Alberto Santoro Autran Junior. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê, a Ata da 46ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 05 de junho de 2015, oportunidade em que a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, informou que havia encaminhado por e-mail, as alterações a referida ata que será apreciada na próxima reunião. Em seguida, o Presidente do Comitê Gestor passou ao **terceiro item da pauta: Aferição da performance do PJE com a mudança feita na rotina de distribuição do sistema no Fórum Leal Fagundes**. Com a palavra, o Senhor Secretário Geral Celso de Oliveira e Sousa Neto informou que no último dia 10/06, foi realizada uma reunião para discutir uma solução para os problemas de lentidão e inoperância do PJE no Fórum Leal Fagundes. Na referida reunião, estiveram presentes além do Senhor Secretário-Geral Celso Sousa Neto, a Senhora Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência Danielle



Mayrink, o Senhor Guilherme Veloso, o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência Luiz Antônio de Araújo, o Senhor Secretário da SETEC Fernando Autran e seu substituto o Senhor Subsecretário da SUTEC Luiz Fernando Serique Júnior, o Senhor Secretário da SETIC Raimundo Macedo, o Senhor Subsecretário da SUDES Sandor Evaristo Castro, a Senhora Secretária-Geral da Corregedoria Lídia Maria Borges de Moura, a Senhora Coordenadora da COSIST Kátia Prates, o Senhor Secretário do PJE Declieux Dantas e o Senhor Assessor da SEPJE Aguiar Ribeiro Junior. Na sequência, o Senhor Secretário do PJE fez uma exposição para esclarecer as medidas que já foram adotadas na tentativa de solucionar a questão da lentidão do sistema no Leal Fagundes, a saber: medida dos tempos de resposta dos usuários (coleta feita no Leal Fagundes, ferramenta wireshark); codificação e medição dos tempos de distribuição da aplicação através do log; separação da prevenção externa (interligação com SISTJ é feita apenas após a distribuição); relativamente a este ponto, foi esclarecido que a indicação de prevenção passou a ser feita logo após a distribuição, para que ocorresse integração com o SISTJ anteriormente à distribuição, o que vinha gerando lentidão no sistema. Com essa alteração o tempo de distribuição diminuiu mas ainda não atingiu a média ideal. Solicitado aumento de memória RAM da máquina TJSU122V (apache internet) ; inclusão de novos monitoramentos; máquina exclusiva para usuários de intranet (JCR e usuário internet ficaram na outra máquina). Conforme esclareceu, essas medidas otimizaram o sistema mas não resolveram o problema. Também foram feitas mudanças dos balanceadores da intranet e internet, mas ainda não há como avaliar se houve melhora na performance. Na sequência, foi entregue pelo MM Juiz do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar de Oliveira, um documento que descreve, passo a passo, o trâmite para proferir uma decisão e registrá-la utilizando o sistema no Bloco 4 do Leal Fagundes, onde funciona o CEJUSC-JEC. Verifica-se que para o registro de apenas duas decisões, o sistema leva em torno de uma hora e quinze minutos para concluir. O documento entregue também registra que além do estresse causado pela lentidão do sistema, preocupa a quantidade de clicks com o mouse necessários para proferir e registrar uma sentença, sendo necessário portanto, uma alternativa para prevenir possíveis lesões por esforços repetitivos (LER). O Presidente do Comitê Gestor recebeu o documento e determinou o registro em ata de que todas as equipes técnicas envolvidas, estão empenhadas em verificar a possibilidade de melhoria do sistema PJE. Na oportunidade, o Senhor Secretário-Geral Celso Sousa Neto destacou que o Tribunal solicitou a empresa fornecedora da ferramenta APM – Application Performance Management – Gerenciamento de Performance de Aplicações para realizar uma POC – Proof of Concept – Prova de Conceito, monitorando o PJE. Conforme esclareceu, essa ferramenta tem por objetivo demonstrar a causa-raiz do problema nos softwares corporativos e poderá identificar o problema do PJE. Na oportunidade, a Excelentíssima Senhora Juíza da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim solicitou ao Presidente do Comitê Gestor, que o Senhor



Guilherme Veloso apresentasse seu relato sobre as impressões iniciais quanto ao problema de lentidão do PJE. O Senhor Guilherme Veloso passou a esclarecer que diante de uma análise empírica e superficial dos fatos, foi possível perceber que os componentes tecnológicos envolvidos estão sendo extremamente subutilizados, exceto um deles denominado de memória RAM dos servidores de aplicação JBOSS. Segundo afirmou, os componentes tecnológicos envolvidos, exceto um, estão trabalhando extremamente folgados e distantes de qualquer tipo de fadiga. Com exceção da memória RAM, os demais componentes estão sendo utilizados, em média, dentro de limites baixíssimos girando em torno de 0,01% à 10% da capacidade de cada componente. Isso significa que qualquer iniciativa de melhorar o uso de tais componentes será inócua para a solução do problema ora apresentado. No que diz respeito ao componente memória RAM, os valores apresentados estavam dentro de limites entre 50% a 90%. Combinado a esses limites, a lentidão do PJE apresenta um padrão de comportamento, repetitivo e diário, ligado ao tempo: todos os dias as 15 horas o PJE fica lento. Neste sentido, segundo suas impressões, o Senhor Guilherme Veloso, sugeriu que é possível que o problema do PJE seja Memory Leak (Vazamento de Memória). Conforme esclareceu, esse fenômeno ocorre em sistemas computacionais quando uma porção da memória, alocada dinamicamente para executar uma determinada operação, não é liberada ao final da operação. O Senhor Guilherme Veloso também sugeriu, além da aquisição da APM, a aquisição de um software livre de performance e análise de gerenciamento. Na sequência, o Senhor Secretário-Geral Celso Sousa Neto sugeriu acoplar essas ferramentas para identificar o vazamento de memória, ocasião em que também destacou que o Tribunal precisa se profissionalizar, pois conforme assinalou, não dispomos de ferramenta para gerenciar serviços nem monitorar os sistemas. Segundo esclareceu, isso fica claro quando temos um problema dessa relevância e não conseguimos solucionar. O Senhor Presidente do Comitê Gestor solicitou que o Senhor Secretário da SETEC Fernando Autran seja convocado para participar de todas as reuniões do Comitê, principalmente com estes problemas de infraestrutura que envolvem diretamente a área técnica. Na ocasião, o Senhor Secretário da SETEC foi convocado, por telefone, para participar da reunião em andamento. Dando prosseguimento a reunião, o Senhor Secretário-Geral assinalou que há necessidade de investimentos pesados em infraestrutura e na redundância para melhorar a performance dos sistemas no Tribunal, pois dependemos da tecnologia de tal forma que não há como voltar atrás. O Senhor Secretário-Geral enfatizou ainda que a Resolução do CNJ estabeleceu que a expansão do PJE seja feita em toda justiça até 2017, mas não houve contrapartida financeira do CNJ para auxiliar nesta tarefa. O Senhor Secretário-Geral salientou ainda que, o Tribunal sofreu um contingenciamento de trinta por cento no orçamento de 2015/2016 e criou-se uma situação delicada, em relação aos investimentos que precisamos fazer em redundância e na compra de ferramentas como a APM. O Senhor Secretário-Geral expôs que a



Resolução 90 do CNJ estabeleceu uma estrutura mínima para os tribunais, para a montagem do PJE mas com o crescimento e expansão do sistema, há a necessidade de evolução, o que envolve investimentos por parte do TJDFT e também uma contrapartida financeira do CNJ, há exemplo do que foi feito com o Superior Tribunal de Justiça – STJ que por ocasião da implantação do sistema, recebeu recursos do CNJ para investimentos. Não tivemos essa contrapartida do CNJ. Na oportunidade, a Senhora Conselheira Hellen Falcão informou que faz parte do Comitê Nacional de TIC do CNJ e destacou que o TJDFT também precisa fazer parte deste Comitê e buscar recursos junto ao CNJ para expandir o PJE. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou porque não estamos sendo representados no Comitê Nacional de TIC e o Senhor Fernando Autran que havia sido convocado por telefone e chegara ao local da reunião nesse momento, às 14h25, justificou que esteve em contato com o CNJ mas ainda não havia sido homologada a participação dele no Comitê Nacional. O Desembargador Flávio Rostirola solicitou a Conselheira Hellen Falcão que verifique junto ao Comitê a possibilidade de autorizar a participação do Senhor Fernando Autran, como representante do TJDFT, tendo em vista que, atualmente, é o gestor da área de infraestrutura. Na ocasião, o MM Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Rosas informou que irá solicitar o processo administrativo que tramitou com a indicação de participantes para compor o Comitê de TIC do CNJ. Em seguida, o Senhor Secretário-Geral sugeriu a criação de um grupo de WhatsApp com todos os presentes para termos notícias sobre as ações adotadas quanto ao problema do PJE. Na sequência, a Senhora Conselheira da OAB informou que a indisponibilidade do site do TJDFT não está sendo contada para indisponibilidade do sistema PJE, contrariando o disposto na Portaria Conjunta n. 41, de 29/04/2015. O Senhor Fernando Autran informou que desde a publicação da portaria não houve indisponibilidade do site do TJDFT e por isso não foi considerada, mas conforme esclareceu, o sistema já está adaptado para fazê-lo. Outro questionamento apontado pela Senhora Conselheira foi sobre o Banco de Jurisprudência, ocasião em que o Senhor Secretário do PJE esclareceu que foi feita a integração do PJE com a Jurisprudência. Em seguida, a Senhora Conselheira solicitou que seja retirada a obrigatoriedade de colocar a data de expedição do documento de identidade e foi esclarecido pelo Senhor Secretário do PJE que é uma rotina do CNJ, atinge todos os Tribunais e que só seria possível modificar consultando o CNJ. Em seguida, o MM Juiz Doutor Flávio Fernando trouxe um questionamento que havia ficado pendente em outra reunião, sobre a possibilidade de que o alvará ficasse como sigiloso para o público externo mas constasse a menção de que o alvará foi expedido. O Senhor Secretário do PJE esclareceu que é possível, desde que seja feita essa configuração no sistema PJE. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 48ª Reunião para o dia 19 de junho de 2015, sexta-feira, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a



sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

EDUARDO HENRIQUE ROSAS

Juiz Assistente da Presidência

MARILZA NEVES GEBRIM

Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI

Juiz de Direito Substituto da 3ª Vara Cível de Ceilândia

JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA

Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC/BSB

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

GABRIELA BADARÓ

Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT

ALEXANDRE MORAES PEREIRA

Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do DF

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA

Defensora Pública do DF

DANIELLE MAYRINK SAMPAIO SILVA MOURA

Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Secretário-Geral do TJDFT

DECLIEUX DIAS DANTAS



Secretário do Processo Judicial Eletrônico

KATIA DE SOUZA PRATES

Coordenadora da COSIST

FERNANDO ALBERTO SANTORO AUTRAN JUNIOR

Secretário da SETEC

GUILHERME VELOSO NEVES OLIVEIRA

Analista Judiciário/Primeira Vice-Presidência